

### Apontamentos sobre o caráter do ministério nas Confissões Luteranas

Chama à atenção o fato de que o artigo da Confissão de Augsburg (doravante: CA) sobre o ofício do ministério (V) é anterior aos artigos sobre a igreja (VII e VIII). Tem isto um papel de apontar uma relação de causa e efeito? É possível que assim seja. O Artigo V (“Do Ofício da Pregação”) está diretamente ligado ao artigo IV, “Da justificação”. A pregação do evangelho e administração dos sacramentos são os meios pelos quais o Espírito Santo, agindo através do ofício da pregação, opera a fé em Cristo. O ofício não é um fim em si mesmo, mas serve ao propósito de Deus de conceder o perdão dos pecados e a salvação através dos meios da graça, que levam o pecador à fé em Cristo e nela o sustentam. O artigo VII, “Da Igreja”, define a igreja como uma realidade concreta, identificável pelo “evangelho pregado puramente e os santos sacramentos administrados de acordo com o evangelho”. No artigo VIII, “Que é a igreja”, ao reconhecer a presença de hipócritas em meio aos piedosos, a CA faz referência direta aos “sacerdotes” (título raramente atribuído aos que estão no ofício) que administram os sacramentos. Desta forma, fica evidenciado na linguagem da CA que falar da igreja de Deus é falar também dos seus ministros.

Este fato sublinha o caráter soteriológico do ofício do ministério, caráter este que se torna de certa forma polêmico num contexto atual, em que o ministério é por vezes mais associado aos carismas pessoais do pregador, suas habilidades gerenciais em relação às atividades dos membros, ou de persuasão e capacidade de entretenimento dos ouvintes. Não se pode entender o ofício do ministério, dizem os luteranos, sem a conexão com a obra de Cristo, pela qual o mundo foi reconciliado com Deus. A CA não se preocupa com uma questão que tem sido o mote de muitas igrejas contemporâneas, a respeito do papel dos assim chamados “leigos” no testemunho do evangelho e de como envolvê-los de maneira mais intensa no “trabalho da igreja”. Infelizmente, um tema tão caro para os confessores – o ministério como dádiva de Deus à igreja para a proclamação do evangelho da salvação – tem sido por vezes motivo de debates acalorados e que chegam a provocar divisões, como já testemunhado em igrejas luteranas confessionais. Outra questão que merece destaque refere-se à ordenação de mulheres para o ministério pastoral. Tendo em vista que a maior igreja luterana brasileira, a “Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil”, já adota a ordenação feminina por várias décadas, questionamentos a respeito do tema têm sido levantados também por pessoas ligadas à Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

Outra questão que deve ser ao menos mencionada neste ponto é o fato de haver três artigos na CA tratando do ministério, o que evoca a pergunta sobre a relação entre eles. Em nosso entendimento, os artigos V, XIV (“Da Ordem Eclesiástica”) e XXVIII (“Do Poder dos Bispos”) da Confissão de Augsburg devem ser tratados em conjunto. Eles tratam do mesmo tema, o ministério *in concreto*, atendo-se cada um destes artigos a especificações do ofício instituído por Cristo. Se a CA V define o ministério em relação à doutrina da justificação pela fé, enfatizando a necessidade dos meios da graça como

---

<sup>1</sup> Este texto é baseado, com pequenas alterações, no trabalho apresentado em reunião entre a comissão do Conselho Luterano Internacional (ILC) e Comitê Pontifício para Promoção da Unidade dos Cristãos (Igreja Católica Romana) em Agosto de 2018, em Bleckmar, Alemanha. Artigo publicado na revista *Igreja Luterana*, 76/1 (Agosto de 2017).

canais pelos quais Deus concede o perdão dos pecados, vida e salvação, a CA XIV conecta o ofício à igreja (já definida nos artigos VII e VIII) e aponta para a maneira correta de alguém ser considerado ministro e, portanto, alguém que irá publicamente proclamar a palavra de Deus e administrar os sacramentos. O artigo XIV também serve contra a acusação feita por Johannes Eck, no tempo de Martinho Lutero, de que entre os luteranos havia leigos que estariam realizando a obra do ministério sem terem sido ordenados.<sup>2</sup>

O artigo XXVIII da CA traz outro enfoque ao tema do ministério. Uma das ênfases das Confissões é considerar o ofício do ministério dentro do plano gracioso de Deus de salvar a humanidade. A CA XXVIII, ao tratar do “Poder dos Bispos” (ou, do “Poder da Igreja”, conforme o texto latino), fundamenta o papel do ofício no envio dos apóstolos pelo Senhor Jesus (João 20.21-23), confessando que o poder das chaves ou dos bispos “é o poder e ordem de Deus de pregar o evangelho, remitir e reter pecados e administrar os sacramentos.” (CA XXVIII 5).<sup>3</sup> A necessidade do ofício é então entendida a partir da necessidade de que palavra e sacramentos sejam entregues às pessoas para sua salvação:

Esse poder das chaves ou dos bispos é praticado e exercido apenas através do ensino e pregação da palavra de Deus e pela administração dos sacramentos a muitos ou a indivíduos, dependendo da vocação que se tiver. Pois com isso se conferem não bens corporais, senão coisas e bens eternos, a saber, justiça eterna, o Espírito Santo e a vida eterna. Não se podem obter esses bens senão pelo ministério da pregação e pela administração dos santos sacramentos. Porque São Paulo diz: “O evangelho é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê.” [Rm 1.16] (CA XXVIII,9)<sup>4</sup>

A conexão entre ofício e evangelho não é invenção das Confissões Luteranas. Tal vínculo é estabelecido explicitamente por Cristo nos mandatos registrados ao final dos Evangelhos canônicos. Luteranos entendem as palavras do Senhor dirigidas aos apóstolos (Mt 28; Mc 16; Lc 24; Jo 20) não como um desejo de enviar ao mundo uma mensagem *in abstracto*, mas como uma manifestação concreta da vontade divina através do ofício da pregação. O papel específico do sacerdócio dos batizados não é tratado naqueles textos, considerando o contexto destas passagens, especialmente levando em conta o ministério de Jesus e o preparo dos apóstolos.<sup>5</sup>

Uma ênfase no caráter divino do ofício do ministério pode soar em alguns ambientes como uma exaltação da pessoa do pregador. De fato, em alguns contextos é comum associar toda uma Denominação religiosa à figura de seu fundador e líder. Também é possível ouvir de alguns líderes religiosos, ou mesmo de membros de igrejas, que ninguém pode tocar no “Ungido do Senhor” (ou seja, o pastor!) o que se torna uma porta aberta para arbitrariedades e autoritarismo. Em tais ambientes, aplica-se à pessoa do pastor aquilo que as Escrituras afirmam sobre o ofício do ministério.<sup>6</sup>

<sup>2</sup>Naomichi Masaki, “Call and Ordination”, *Logia* 23/4 (Reforma 2014), 27.

<sup>3</sup>*Livro de Concórdia*, traduzido por Arnaldo Schuler (São Leopoldo, Sinodal; Porto Alegre, Concórdia, 1980), 56.

<sup>4</sup>*Livro de Concórdia*, 56,57.

<sup>5</sup> Esta observação não nega o papel da igreja como um todo no testemunho do evangelho ao mundo. O ofício das chaves foi entregue à igreja como corpo de Cristo. E este é exercido publicamente por meio daqueles que foram preparados, chamados e enviados pelo próprio Cristo por meio da igreja. Os membros da igreja têm o papel de serem testemunhas do evangelho na sua vida diária, nas vocações dadas por Deus. Quando acentuamos o papel do ministério é importante lembrar que este ministério acontece **na** igreja (não **sobre** a igreja) e servindo a ela com a palavra e os sacramentos.

<sup>6</sup> A questão aqui é que, se por um lado não se pode separar a pessoa do pastor do ofício no qual ele foi constituído por Cristo, por outro lado, é preciso fazer uma distinção entre estes.

Entretanto, quando as Confissões Luteranas atribuem ao ofício do ministério uma elevada importância para a vida da igreja, trata-se de uma maneira de sublinhar que é o Senhor Jesus que está realmente perdendo pecados, alimentando e proporcionando crescimento saudável para o seu povo. Aquele que está no ofício não está lá em seu próprio nome, mas em nome do Senhor. Seu papel não é aquele de um técnico (treinador) que providenciará instrumentos para preparar o povo de Deus para trabalhar, mas ele é aquele que deverá, por ordem do Senhor, entregar às pessoas os meios pelos quais o Espírito Santo trará e conservará estas pessoas na fé em Cristo. Dizendo isto de outra forma, o ofício do ministério está ligado diretamente à doutrina da justificação, não da santificação (entendida esta no seu sentido estrito).<sup>7</sup>

Conforme já expressei acima, as Confissões Luteranas fundamentam o ofício da pregação no chamado dos apóstolos (por exemplo, CA XXVIII 5,6; Tratado sobre o Poder e Primado do Papa<sup>8</sup> 9, 10). Assim como ele o fez por meio do ministério dos apóstolos, é o próprio Cristo que proclama o evangelho salvador, batiza, absolve pecados e concede seu corpo e sangue, fazendo-o através dos meios da graça distribuídos por aqueles que ele chama e envia hoje como seus embaixadores (cf. Apologia da CA XXIV 80<sup>9</sup>). Mesmo quando pregadores são indignos, a palavra e sacramentos que eles entregam de acordo com a instituição de Cristo são válidos e eficazes, visto que é Cristo mesmo que alimenta seu rebanho, conforme argumenta a Apologia da CA:

... a igreja propriamente dita é a congregação dos santos, que verdadeiramente creem no evangelho de Cristo e têm o Espírito Santo. E confessamos todavia que muitos hipócritas e maus, a eles misturados nesta vida, têm a sociedade dos sinais externos. Estes são membros da igreja segundo a sociedade externa dos sinais e por isso ocupam cargos na igreja. E não priva os sacramentos de sua eficácia o serem administrados por indignos, porque em virtude do chamado da igreja, representam a pessoa de Cristo: ‘Quem vos der ouvidos, ouve-me a mim.’ Quando oferecem a palavra de Cristo e os sacramentos, no-os oferecem como substitutos de Cristo e em seu lugar. É o que nos ensina aquela palavra de Cristo, para que não nos ofendamos com a indignidade dos ministros. (Apologia VII/VIII 28<sup>10</sup>).

<sup>7</sup> Esta afirmação não nega a realidade da vida santificada, que necessariamente acompanha a fé, nem o papel do pastor no ensino daquilo que a palavra de Deus orienta sobre a santificação. O que se reconhece aqui é que os textos bíblicos que fundamentam o ofício do ministério, assim como os escritos confessionais que tratam do tema, colocam seu foco na salvação do pecador, como objetivo central da instituição do ofício.

<sup>8</sup> Doravante *Tractatus*.

<sup>9</sup> Neste texto da Apologia, Melancthon enfrenta o argumento dos adversários, de que “liturgia” significaria “sacrifício” e sustenta que a palavra está ligada ao “ministério público”; e completa: “...apenas um ministro consagrante oferece o corpo e sangue do Senhor ao resto do povo, assim como só um ministro docente oferece o evangelho ao povo, conforme diz Paulo: ‘Assim o homem nos considere como ministros de Cristo e despenseiros dos sacramentos de Deus’, isto é, do evangelho e dos sacramentos. E 2 Co 5[.20]: ‘De sorte que somos embaixadores em nome de Cristo, como se Deus exortasse por nosso intermédio. Em nome de Cristo, pois, rogamos que vos reconcilieis com Deus’.” (*Livro de Concórdia*, 282)

<sup>10</sup> *Livro de Concórdia*, 181,182. Esta afirmação das Confissões não serve para minimizar o imperativo colocado sobre os ministros da palavra, que devem ser fiéis no serviço em que Deus os colocou. São, porém, uma salvaguarda ao povo de Deus de que não coloque sua confiança e não faça depender o valor da palavra de Deus e dos sacramentos sobre a dignidade pessoal do pastor. É não somente desejável, por uma questão de testemunho aos fiéis e ao mundo, que o pastor seja modelo do rebanho em fé e vida; trata-se, como dissemos, de ordem escriturística (por exemplo, nas qualificações do ministro conforme 1 Tm 3.1-7; 4.12; Tt 1.6-9; etc.). No entanto, as Confissões nos lembram que não será por causa da pessoa do ministro que a palavra e sacramentos terão sua eficácia, mas ao serem administrados e entregues conforme a instituição de Cristo, segundo a revelação da palavra de Deus.

Ao se considerar a existência do ofício do ministério, uma questão que pode ser levantada diz respeito a se este ministério deveria ser compreendido como uma derivação do sacerdócio dos batizados ou, pelo menos, deveria o ministério ser considerado a partir deste sacerdócio. Ou, então, se se deve considerar o ministério como instituição divina, onde o caráter cristológico é predominante para definir sua identidade.

Ao que parece, a relação apontada por Lutero em alguns de seus escritos entre o sacerdócio dos batizados e o *ministerium ecclesiasticum* é entendida como base para que se desenvolva (como efetivamente já aconteceu mesmo entre teólogos luteranos) uma “teoria da transferência” (*Übertragungstheorie*), “segundo a qual o conjunto de crentes separa alguns indivíduos e os autoriza a exercer as funções espirituais em lugar de todos eles.”<sup>11</sup>

Entretanto, também é fato que Lutero afirma que a instituição do ofício por parte de Cristo é a base para o exercício do ministério na igreja.<sup>12</sup> Estes dois tipos de afirmações do Reformador – por um lado, de que há necessidade de ordem na igreja e que não podem todos pregar, mas um o faz em meio ao grupo dos crentes; por outro lado, a instituição de Cristo em que ele mesmo coloca alguns como seus ministros na igreja – não devem ser vistos como contraditórios, mas como afirmações que expressam a complexidade da relação entre o ofício pastoral e a igreja de Cristo. O fato é que as afirmações de Lutero ajudam a mostrar que a instituição do ministério por Cristo não é um fim em si mesmo. Ela serve a um propósito, conforme afirma Evanson: “Porque o evangelho deve ser proclamado e as dádivas sacramentais devem ser oferecidas e dadas ao povo, o ministério da palavra e sacramentos é essencial para a igreja.”<sup>13</sup>

Este é um ponto fundamental testificado pela CA V, ao conectar o ofício à proclamação do evangelho e administração dos sacramentos, que são os meios pelos quais Deus opera a fé na remissão dos pecados obtida uma vez por todas por Cristo. A justiça que é alcançada pelo pecador por meio da fé em Cristo não pode ser dissociada do anúncio do evangelho e este é entregue às pessoas pelo próprio Cristo, por intermédio daqueles que ele escolhe e envia, fazendo-o por meio da sua igreja. Assim sendo, ainda que o ofício seja instituição de Cristo e não derivação do sacerdócio dos batizados, este ofício não existe independentemente da igreja, povo de Deus no mundo. Primeiro, porque o ministério existe como serviço de Cristo para a edificação da sua igreja no mundo. Neste sentido pode-se justificar uma “visão funcional do ministério”, ou seja, entendendo sua existência em função da proclamação do evangelho de salvação.<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> Charles J. Evanson, “The Office and Order of the Holy Ministry: Luther and Lutheran,” In: *And Every Tongue Confess – Essays in Honor of Norman Nagel on the Occasion of His Sixty-fifth Birthday*, Gerald S. Krispin and Jon D. Vieker, eds. (Chelsea, MI: BookCrafters, 1990), 160.

<sup>12</sup> Para uma discussão detalhada sobre a posição de Lutero a respeito da origem do ofício e que papel têm em sua teologia o princípio da ordem (ligada à ideia da derivação do ofício a partir do sacerdócio dos batizados) em comparação com a afirmação da instituição divina do ofício, ver: Werner Elert, *The Structure of Lutheranism* (St. Louis, Concordia Publishing House, 1962), 339–351.

<sup>13</sup> Evanson, “The Office and Order”, 156.

<sup>14</sup> Holsten Fagerberg, *A New Look at the Lutheran Confessions (1529-1537)* (St. Louis, Concordia Publishing House, 1972), 233. Esta visão “funcional” do ministério não deve ser confundida com a ideia de que o ministério é simplesmente uma forma de falar sobre a pregação do evangelho “em abstrato”. Como ressalta Fagerberg, “a ideia de que o ofício do ministério seja idêntico com o evangelho em ação não encontra fundamento nas Confissões Luteranas.” (235)

Segundo, porque a igreja tem um papel na escolha, preparo e envio dos ministros. E terceiro, porque o ministro não é alguém à parte da igreja, mas está “na” igreja<sup>15</sup>.

Assim, voltando à questão colocada acima, a respeito da relação entre o ofício e o sacerdócio dos batizados, uma conexão com a igreja deve ser reconhecida. Como Schlink observa, segundo as Confissões, “a doutrina do governo espiritual não deve jamais ser separado da doutrina da igreja. Onde está a igreja, lá também está o ministério e onde há a pregação do evangelho e administração dos sacramentos, também ali está a igreja.”<sup>16</sup>

Este vínculo entre o ofício e a igreja somente existe por causa daquele que é o Senhor da igreja e que instituiu o santo ministério. É por causa de Cristo e sua obra de salvação, manifestada no seu povo neste mundo e anunciada publicamente por aqueles que ele mesmo envia, que o ministério é entendido como estando vinculado à igreja. Isto não deve ser confundido com a ideia de que o ofício é uma criação da comunidade de cristãos ou que seja ele uma emanção a partir do sacerdócio dos batizados. Schlink corretamente alerta contra tal pensamento:

A ideia de uma transferência de direitos do sacerdócio universal para a pessoa do pastor é estranha às Confissões. A igreja não *transfere* seu ofício da pregação do evangelho e administração dos sacramentos para indivíduos em sua membresia; mas a igreja *preenche* este ofício confiado a ela por Deus, ela *chama* para o ofício instituído por Deus. Neste ofício, portanto, o pastor atua em nome e sob a direção de Deus e em lugar de Jesus Cristo. Ele atua com autoridade não baseada em um arranjo feito pelos crentes, mas com base na instituição divina.<sup>17</sup>

O ofício não está colocado *sobre* a igreja, nem *sob* a igreja, mas *na* igreja.<sup>18</sup> Ele “pertence” à igreja (1Co 3.21-23; Ef 4.7-11), no entanto, não como uma propriedade, mas como dádiva de Cristo para seu povo. Assim confessa o *Tractatus*:

Onde quer que esteja a igreja, aí existe o direito de administrar o evangelho. Razão porque é necessário que a igreja retenha o direito de chamar, eleger e ordenar ministros. E esse direito é dom propriamente dado à igreja e que nenhuma autoridade humana pode arrebatá-la à igreja, como também testifica Paulo em Efésios, quando diz: “Subiu, concedeu dons aos homens.” [Ef 4.8,11] e enumera entre os dons próprios da igreja pastores e mestres, acrescentando que tais são dados para o ministério, para a edificação do corpo de Cristo. Por conseguinte, onde há igreja verdadeira, aí necessariamente existe o direito de eleger e ordenar ministros. (Tr. 67)<sup>19</sup>

Naomichi Masaki chama a atenção para a maneira como Melanchthon utiliza o termo “direito” neste texto citado. Ele não deve ser confundido com a maneira como “direito” se entende hoje (direito de votar, por exemplo). Melanchthon está usando a linguagem do “direito divino”, usado pela Igreja Católica em relação ao papa. O chamado de pastores para proclamarem o evangelho é *jure divino*, ou seja, um mandato de Deus, com autoridade divina e sob sua ordem. O que Melanchthon confessa é que a igreja deve “providenciar que homens competentes sejam ordenados para o *Predigtamt* pelo

<sup>15</sup>Isto está expresso em At 20.28 em que Paulo exorta os pastores (presbíteros) a cuidarem de si próprios e de todo o rebanho: προσέχετε ἑαυτοῖς καὶ παντὶ τῷ ποιμνίῳ, ἐν ᾧ ὑμᾶς τὸ πνεῦμα τὸ ἅγιον ἔθετο ἐπισκόπους ποιμαίνειν τὴν ἐκκλησίαν τοῦ θεοῦ. (Atendei por vós e por todo o rebanho **no qual** o Espírito Santo os constituiu bispos para pastorear a igreja de Deus). Observe-se que Paulo afirma que o ministério está colocado **na** (ἐν ᾧ) Igreja e não, como traduz Almeida RA, “sobre” ela. Esta tradução foi corrigida na edição bíblica Nova Almeida Atualizada.

<sup>16</sup>Schlink, *Theology of the Lutheran Confessions*, 231.

<sup>17</sup>*Theology of the Lutheran Confessions*, 245.

<sup>18</sup>Ver nota 15, acima.

<sup>19</sup>*Livro de Concórdia*, 356.

fato de que a igreja recebeu esta responsabilidade *jure divino*, ou seja, pelo mandato do Senhor.”<sup>20</sup>

## Ordenação para o ofício do ministério

### Algumas observações a partir do ensino do Novo Testamento

Os luteranos entendem a ordenação como a colocação no ofício do ministério<sup>21</sup> de um homem devidamente preparado, fazendo-o de maneira pública e com a participação da igreja toda, ainda que nesta ocasião representada por um grupo. Três textos bíblicos do Novo Testamento servem como base específica para a ordenação.<sup>22</sup> São palavras de Paulo a Timóteo em 1 Tm 4.14; 5.22 e 2 Tm 1.6. Passamos agora a uma breve exposição destes textos.

Em 1 Tm 4.14 o apóstolo alerta Timóteo com as palavras: “Não seja negligente para com o dom que você recebeu, o qual lhe foi dado mediante profecia, com a imposição das mãos do presbitério”. Cabe aqui uma observação preliminar sobre o sentido de “dom” (χάρισμα). O Novo Testamento muitas vezes entende o dom como sendo um evento, mais do que uma qualidade que está latente na pessoa (como é muitas vezes entendido atualmente). Seu sentido está ligado ao conceito de graça (χάρις). O apóstolo Paulo por vezes utiliza este termo para referir-se ao seu ministério apostólico (Rm 1.5; 15.5; 1 Co 15.9-11; Ef 3.7,8). A razão para isto é que Paulo via seu ministério a partir daquele que o enviou, Cristo, e não a partir de si mesmo e de suas qualidades e atuação.<sup>23</sup>

Algumas vezes Paulo utiliza a linguagem da graça “que foi dada” (τὴν δοθεῖσαν) a ele (Rm 15.15; 1 Co 3.13; Gl 2.9; etc.), mas para o apóstolo isto é sempre um evento concreto. Assim, a graça não é “algo” que se torna propriedade da pessoa. Ela é sempre a ação de Deus em benefício de alguém.<sup>24</sup> O mesmo pode ser dito em relação ao ofício conferido na ordenação. É uma dádiva concreta de Deus, não o reconhecimento de qualidades (“dons”) da pessoa.<sup>25</sup>

<sup>20</sup>Masaki, “Call and Ordination”, 28.

<sup>21</sup>Como já observado no início deste estudo, utilizamos o termo “ministério” como uma referência específica ao ofício instituído por Cristo. George W. Knight III, destaca que o apóstolo Paulo usa o termo διακονία em diversos textos neste sentido, por exemplo: 1 Tm 1.12; 2 Tm 4.5; Rm 11.13; 1 Co 16.15; 2 Co 3.8,9; 4.1; 5.18; 6.3; Cl 4.17; cf. At 1.17, 25; 6.4; 20.24; 21.19). (*The Pastoral Epistles: A Commentary on the Greek Text – The New International Greek Commentary* [Grand Rapids, Eerdmans, 1992], 94.

<sup>22</sup>A citação e estudo destes textos não esgota a base bíblica para a ordenação. Entendendo-se esta como a confirmação da igreja de que um indivíduo foi preparado para o ministério por Deus e chamado por meio da igreja, textos que mostram a colocação de alguém no ofício e que fundamentam a existência do mesmo são também aqui relevantes (por exemplo, em At 20.28, com o uso do verbo τίθημι, “o Espírito Santo os **colocou** como bispos”).

<sup>23</sup>Karl H. Rengstorf, *Apostolate and Ministry: The New Testament Doctrine of the Office of the Ministry* (St. Louis, Concordia, 1969), 31. Nestes textos citados Paulo podia usar “apostolado” e “graça” quase como sinônimos.

<sup>24</sup>ESSER, Hans-Helmut. Graça. In: BROWN, Colin, Ed. *Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*, translated by Gordon Chown (São Paulo, Vida Nova, 1982) II: 322.

<sup>25</sup>Com isto não se nega a necessidade de qualificações para o ministério, que o próprio apóstolo exige em suas orientações para seus representantes, que estavam com a tarefa de constituir (καθίστημι) presbíteros (= pastores), como se observa em 1 Tm 3.1-7 e Tt 1.5-9. O que estamos questionando na afirmação acima é a linguagem por vezes usada de que alguém “tem o dom de ser pastor”, numa referência a qualidades inerentes à pessoa.

Chama à atenção que Paulo diz que o dom recebido por Timóteo está “em ti” (ἐν σοί). A expressão usada por Paulo ressalta que há um caráter pessoal na dádiva divina, que se torna localizada na pessoa que a recebe, o que não elimina o fator objetivo do dom, cuja origem está fora da pessoa, sendo Deus sua fonte.<sup>26</sup>

O uso do Aoristo indicativo na voz passiva (ἐδόθη) sem indicação específica do agente da passiva (aquele que é o sujeito da ação de dar) sinaliza a obra de Deus<sup>27</sup> e indica ser um ato único e não-repetível. O papel de Deus como aquele que concede é explicitamente confessado por Paulo em suas palavras a Timóteo em 2Tm 1.6 (τὸ χάρισμα τοῦ θεοῦ).

É significativo que Paulo explicitamente mencione o papel do πρεσβύτεριον, traduzido como “presbitério” (Almeida RA) ou “grupo de presbíteros” (NTLH). Há boa razão para considerar este termo como referindo-se a um grupo de pessoas já no ofício do ministério, chamadas em outros locais de “bispos” ou “pastores” (cf. Atos 20.17,28). O foco deste texto é que Paulo não está se referindo aos presbíteros como indivíduos, mas como um “grupo oficial”.<sup>28</sup> Desta forma, o apóstolo tira a ênfase do indivíduo e a coloca no ofício que é comum a todos aqueles que foram chamados para serem ministros da palavra de Deus.

A imposição (ἐπίθεσις) de mãos é mencionada explicitamente por Paulo neste texto associado à profecia, por meio da qual (διὰ προφητείας) Timóteo recebeu o dom.<sup>29</sup> O substantivo ἐπίθεσις também é empregado por Paulo em 2 Tm 1.6, onde novamente o apóstolo se refere ao dom recebido por Timóteo. O verbo cognato (ἐπιτίθημι) é empregado por Paulo em 1 Tm 5.22, ao alertar Timóteo contra impor mãos de forma precipitada sobre alguém. Nestes casos, o sujeito da imposição de mãos é: o presbitério (1Tm 4.14), Paulo (2 Tm 1.6), e Timóteo (1 Tm 5.22).

A imposição de mãos não é algo completamente novo para o Novo Testamento. Jesus impunha mãos sobre as crianças para abençoá-las (Mt 19.13,15) e para curar enfermos (Mc 5.23; 6.5; 8.23; Lc 4.40; 13.13). Isto também se tornou uma prática na igreja apostólica, por exemplo, para comissionar aqueles que seriam responsáveis por atender às necessidades materiais da comunidade (At 6.6); também na ocasião do envio de missionários que estavam no ministério da pregação (At 13.3), para abençoar convertidos (At 8.17; 19.6) e para curar (At 9.12; 28.8). No caso de Timóteo, sua recepção do dom é expressa por Paulo em conexão com (μετά) a imposição de mãos

<sup>26</sup> David P. Scaer, *Ordination: Human Rite or Divine Ordinance*, Fort Wayne, IN: Concordia Theological Seminary Press, 3.

<sup>27</sup> É o chamado “passivo divino”, utilizado também, por exemplo, em Mt 28.16.

<sup>28</sup> Scaer, *Ordination*, 6. Conforme expõe George W. Knight III, o “presbitério” seria um conselho de anciãos (conforme o uso do termo em Lc 22.66; At 22.5, onde o termo se refere à corte judaica de Jerusalém). No texto de Paulo a referência é feita aos “presbíteros” cristãos (o termo é assim usado 13 vezes nos escritos de Inácio de Antioquia). Assim, esta passagem está se referindo à ordenação sendo realizada pelo grupo de presbíteros (cf. At 6.6; 13.3). (*The Pastoral Epistles: A Commentary on the Greek Text* – The New International Greek Commentary [Grand Rapids, Eerdmans, 1992], 209).

<sup>29</sup> A expressão διὰ προφητείας pode ser um genitivo singular (por meio de profecia), ou um acusativo plural (por causa de profecias). Knight opta por este segundo significado, lembrando o texto de 1Tm 1.18. Seriam palavras proféticas (anúncios por parte de profetas da igreja) que teriam anunciado Timóteo como alguém que viria a atuar no ministério. Há uma situação similar registrada em At 13.2,3, quando o Espírito Santo apontou Paulo e Barnabé para um serviço de pregação, num contexto em que havia profetas da igreja (Knight, *The Pastoral Epistles*, 208, 209).

pelo presbitério (1Tm 4.14) ou mesmo “por meio” (διὰ) da imposição de mãos de Paulo (2 Tm 1.6).

Em 1Tm 5.22 Paulo instrui Timóteo para que não seja apressado em impor mãos sobre alguém (χείρας ταχέως μηδενὶ ἐπιτίθει), e acrescenta: “Não te tornes cúmplice de pecados de outrem” (μηδὲ κοινωνεῖς ἁμαρτίας ἄλλοτρίαις). Se entendemos esta expressão como ligada à anterior, torna-se difícil entender esta orientação de Paulo sobre a imposição de mãos como tão somente um ato de bênção. Isto é dito a Timóteo num contexto em que Paulo estava orientando-o sobre como tratar (na qualidade de delegado apostólico) situações envolvendo presbíteros (1Tm 5.17-22). A segunda frase de Paulo está ligada à exortação do apóstolo de não haver pressa no colocar alguém no ofício, ou seja, de ordenar para o ministério alguém impróprio. Caso o fizesse, Timóteo estaria participando dos pecados daquele erradamente colocado no ofício.

Em 2Tm 1.6, Paulo exorta a Timóteo para que ele “reavive” (ἀναζωπυρεῖν) o dom de Deus.<sup>30</sup> Este dom, diz Paulo, está “em ti (ἐν σοί) pela (διὰ) imposição das minhas mãos.” Timóteo recebeu a verdadeira fé e nisto sua mãe e avó tiveram um papel importante (v. 5), mas o ofício da pregação veio como dom de Deus pela mediação do apóstolo. Estas duas situações na vida de Timóteo evidenciam que pessoas são instrumentos para a concessão da fé e do ofício, mas o Senhor é aquele que está agindo (assim como o faz no batismo, na absolvição e na ceia do Senhor).

A colocação de Timóteo no ofício continua a ser descrita no texto como um evento do passado histórico (cf. o uso do Aoristo ἔδωκεν no versículo seguinte, ligado ao v. 6 pelo uso da conjunção γάρ). Entretanto, a ênfase de Paulo neste texto está na atualização contínua no tempo presente, por meio do reacender diário (cf. o uso do Infinitivo presente ἀναζωπυρεῖν). É significativo que Paulo conecte a colocação de Timóteo no ofício com a dádiva do Espírito Santo (v. 7): “Nos tem dado Espírito ... de poder, de amor e de moderação”.<sup>31</sup> Paulo está se referindo a algo que ele e Timóteo têm em comum, isto é, o ofício do ministério. A dádiva do Espírito, neste caso, não está associada à concessão da fé, mas do ofício.

Os textos aqui brevemente estudados deixam claro que o ato ao qual Paulo se refere nas suas observações a Timóteo não se trata simplesmente de um rito inventado pelas pessoas e que não passaria de um costume eclesiástico.<sup>32</sup> É o próprio Senhor que atua ao colocar (τίθημι - At 20.28; 1 Tm 1.12; 1 Co 12.28) alguém no ofício de pastorear seu rebanho. A participação da igreja como um todo, bem como a assembleia de crentes num determinado local, é uma prática seguida pelos luteranos. Esta participação da

<sup>30</sup> John Stott, que associa o ato referido por Paulo à “ordenação ou comissionamento” de Timóteo, considera que o “dom” referido por Paulo possa ser algo “(um dom) que esteja relacionado ao exercício do ministério”, mas admite que o “dom” possa se referir “ao ministério em si, para o qual Timóteo fora separado pela imposição de mãos”. Desta forma, o dom seria o ensinar a palavra de Deus ou mesmo o dom para exercer a atividade evangelizadora (cf. 4.5). Stott conclui, citando Alfred Plummer, que o dom de Timóteo é, ao que tudo indica, “a autoridade e o poder para ser um ministro de Cristo” e “Isto inclui tanto a função como o equipamento espiritual necessário para desempenhá-la.” (John Stott, *A Mensagem de 2 Timóteo – Tu, porém*, Traduzido por João Alfredo DalBello, 2ª edição[São Paulo, ABU, 2009], 20.)

<sup>31</sup> NTLH entende πνεῦμα como uma referência ao Espírito Santo, assim como o entendemos neste estudo; a Almeida RA tem “espírito”, dando a ideia de uma qualidade recebida por Paulo e Timóteo.

<sup>32</sup> Cabe aqui a observação de David Scaer: “Pessoalmente penso que é muito difícil designar como rito humano ou como um adiforo uma cerimônia na qual Deus é o doador e o Espírito Santo é recebido, [cerimônia que] somente pode ser administrada sob certas estritas condições, que traz consigo um alerta, que torna os participantes ativos no ato responsáveis pelas atividades do receptor do rito e que dá ao receptor uma dádiva que permanece.” (*Ordination*, 12)



igreja no evento da colocação de alguém no ofício acontece tanto através do papel do “presbitério” (aqueles que já estão no ministério da palavra), na ordenação, bem como pela escolha (eleição) e recepção do ministro de Deus por parte do povo de Deus, que será servido com palavra e sacramentos por intermédio do ministro.

### Ordenação nas Confissões Luteranas

Na Apologia da Confissão de Augsburgo, artigo XIII 7-13 (especialmente 11,12) o caráter da ordenação é discutido sob o tópico “Sacramentos”. Apesar de que luteranos normalmente considerem batismo e santa ceia como sendo os sacramentos (ainda que Melanchthon inclua, com boas razões, a absolvição), dependendo da definição de sacramento a ordenação teria também aí o seu lugar:

Se se entender a ordenação como dizendo respeito ao ministério da palavra, não relutaremos em chamar de sacramento a ordem. Pois o ministério da palavra tem mandamento divino e magníficas promessas. Romanos 1: “O evangelho é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê.” Da mesma forma em Isaías 55: “A palavra que saiu da minha boca não voltará para mim vazia, mas fará o que me apraz.” Se se entender a ordem dessa maneira, não nos recusaremos a chamar de sacramento a imposição de mãos<sup>33</sup>. Pois a igreja tem a ordem de constituir ministros, o que nos deve ser gratíssimo, porque sabemos que Deus aprova esse ministério e nele está presente. E convém ornar o ministério da palavra o quanto possível com todo gênero de louvor contra os fanáticos que sonham ser o Espírito Santo dado não pela palavra, mas em vista de certas preparações deles, quando se assentam, ociosos e silenciosos, em lugares escuros, esperando iluminação, como outrora ensinavam os entusiastas, e agora ensinam os anabatistas.<sup>34</sup>

Acima já citamos o texto do *Tractatus*, que fundamenta o dever de chamar, escolher e ordenar ministros pela igreja no fato de que a existência da igreja como corpo de Cristo exige que haja a proclamação do evangelho (*Tractatus* 67). E então o texto completa, especificamente referindo-se à ordenação:

... também a sentença de Pedro confirma isso: “Vós sois sacerdócio real”, palavras essas pertinentes à igreja verdadeira, a qual, já que somente ela tem o sacerdócio, por certo que possui o direito de eleger e ordenar ministros. E isso também o atesta um costume comuníssimo da igreja. Pois que antigamente o povo elegia os pastores e os bispos. Depois vinha um bispo dessa igreja ou de uma vizinha, o qual pela imposição das mãos confirmava o eleito e a ordenação outra coisa não foi senão essa aprovação. (*Tr.* 69, 70)<sup>35</sup>

Um dos pontos de discordância entre luteranos e católicos no assunto da ordenação refere-se ao papel do bispo no rito. Luteranos entendem ser isto desejável, mas não absolutamente necessário. A citação do *Tractatus* trazida acima vem pouco depois da observação: “Como de direito divino não são diversos os graus de bispo e pastor, é manifesto que a ordenação realizada por um pastor em sua igreja é válida de direito divino.” (*Tr.* 65)<sup>36</sup> O que está na base do argumento das Confissões Luteranas é que, em última análise, “o direito de ordenar pertence não ao bispo, mas à igreja.”<sup>37</sup> A presença de um bispo, como alguém escolhido no propósito da unidade, para evitar cismas e

<sup>33</sup> Note-se o uso desta expressão como sinônimo de ordenação.

<sup>34</sup> *Livro de Concórdia*, 224,225.

<sup>35</sup> *Livro de Concórdia*., 356, 357.

<sup>36</sup> *Livro de Concórdia*, 356. A Apologia da Confissão de Augsburgo argumenta, ao responder à ênfase católica sobre a ordenação canônica: “... desejamos com a máxima vontade conservar a ordem eclesiástica e os graus na igreja, ainda que feitos com autoridade humana.” (Apologia XIV 1; *Livro de Concórdia*, 227)

<sup>37</sup> Fagerberg, *A New Look at the Lutheran Confessions*, 235.

divisões, sempre foi vista como uma boa possibilidade, como Lutero mesmo argumenta nos Artigos de Esmalcalde (III 10 1):

Se os bispos se dispusessem a ser bispos autênticos e se devotassem à igreja e ao evangelho, poder-se-ia então, por causa do amor e da unidade, mas não de necessidade, consentir que ordenassem e confirmassem a nós e aos nossos pregadores, todavia com a condição de que se eliminassem todas as comédias e batotas de práticas e pompas não-cristãs.<sup>38</sup>

A partir dos textos citados das Confissões Luteranas, chegamos a algumas observações a respeito da ordenação:

1. A ordenação tem o sentido unicamente no seu vínculo com o ministério da palavra de Deus, que tem promessas da parte de Deus e seu comando. Ela não tem sentido à parte da proclamação do evangelho, mas serve a esta.
2. O ofício do ministério não é uma opção para a igreja, visto que ela tem o comando da parte de Deus de constituir ministros, cujo trabalho é aprovado por Deus e tem sua presença graciosa a operar vida e salvação pelo evangelho. Na ordenação a pessoa devidamente habilitada é colocada de forma pública no ofício.
3. Enaltecer a ordenação e o próprio ofício significa confessar corretamente como o Espírito Santo opera, ou seja, por meio da palavra de Deus em suas diversas formas, palavra esta que é entregue ao povo de Deus no mundo através daqueles que foram colocados no ofício.
4. A “imposição de mãos” é usada como sinônimo da ordenação, como a parte pelo todo. Sendo ela referida pelo apóstolo nas cartas a Timóteo, ao tratar da colocação de alguém no ministério, não deveria ser menosprezada por aqueles que prezam este ministério instituído por Cristo para sua igreja. O papel daqueles que já estão no ministério (sejam bispos ou pastores, visto ser esta uma distinção humana e não instituída por Deus) é testemunhado pelas Confissões, assim como nos escritos do apóstolo Paulo a Timóteo. Não há base bíblica ou confessional para incluir o povo de Deus, ou seus representantes (não ordenados), no ato de impor mãos sobre aquele que está sendo colocado no ofício.

A conexão que luteranos sempre fazem entre a ordenação e o ministério da palavra de Deus, que entrega às pessoas os meios pelos quais o perdão dos pecados é concedido, pode ser ilustrada na abordagem de Martin Chemnitz, em seu *Examen Concilii Tridentini*. Em um ponto de sua argumentação, Chemnitz discute se a ordenação deveria ser considerada um sacramento. A fim de deixar claro seu argumento, Chemnitz trata primeiramente da natureza da ordenação. Ele afirma: “Não há dúvida que o ministério da palavra e sacramentos ...foi instituído pelo Filho de Deus também no Novo Testamento. Pois a igreja tem a ordem [de Deus] de chamar e apontar ministros.”<sup>39</sup>

Chemnitz então mostra a tríplice promessa que Deus concede em relação ao ministério:

1. Deus aprova o ministério daqueles que foram chamados e separados para o ministério pela voz da igreja [At 20.28; Ef 4.11].
2. A promessa é acrescentada de que Deus dará graça e dons pelos quais aqueles que foram legitimamente chamados serão capacitados para realizar as tarefas que pertencem ao evangelho de maneira fiel, correta e proveitosa (Jo 20.22; Lc 24.45; Mt 28.20; 1 Tm 4.14; 2 Tm 1.6; Lc 21.15; Mt 10.19,20).

---

<sup>38</sup> *Livro de Concórdia*, 337.

<sup>39</sup> Martin Chemnitz, *Examination of the Council of Trent*, Parte II (St. Louis, Concordia Publishing House, 1978), 691.

3. A promessa também é dada de que Deus está presente com o ministério, que pela sua bênção ele dá crescimento ao plantar e regar, e que ele é realmente eficaz através do ministério para chamar, iluminar, converter, dar arrependimento, fé, regeneração, renovação e, em resumo, conceder através do ministério tudo o que pertence a nossa salvação. (Mt 28.20; Jo 20.22,23; Mt 16.19; 2 Co 3.6ss; 2 Co 5.19,20; 13.13; Ef 4.8,11-14; 1 Co 3.6; 15.58; Rm 1.5,11,16; 1 Tm 4.16; 1 Co 4.15).<sup>40</sup>

Mais adiante, Chemnitz conclui: “Se a ordenação é entendida desta forma, do ministério da palavra e sacramentos, como já a Apologia da Confissão de Augsburgo expôs a posição de nossas igrejas, então não temos nenhuma objeção em chamar a ordenação de um sacramento.”<sup>41</sup> Entretanto, Chemnitz quer também deixar claro que “a ordenação não é um sacramento no mesmo sentido em que Batismo e Santa Ceia são sacramentos.” Ele então explica:

O Batismo e a Ceia do Senhor são meios ou instrumentos através dos quais Deus aplica e sela a promessa de reconciliação ou perdão para os crentes individuais que usam o Batismo e a Ceia do Senhor. A ordenação não é um tal meio ou instrumento, nem devem todos que desejam e pedem que o perdão dos pecados seja aplicado a eles serem ordenados. Há, portanto, uma diferença entre as promessas que são acrescentadas à ordenação e aquelas que são dadas no Batismo e na Ceia do Senhor.<sup>42</sup>

## Conclusão

As reflexões aqui trazidas a partir do testemunho bíblico e das Confissões Luteranas apontam para a necessidade da igreja continuar a valorizar o ofício do Ministério e ordenação hoje. A razão para tanto está na instituição do próprio Senhor Jesus, tendo em vista a proclamação do evangelho e administração dos sacramentos, por intermédio daqueles que foram devidamente preparados, chamados (enviados) e separados para atuarem no ofício.

A importância dada ao ministério não é nem deve dar vazão a autoritarismo por parte daqueles que são chamados ao ofício. Há um só Senhor, Jesus Cristo, e sua obra de redenção do mundo é a razão de existir do ministério. A igreja é servida por estes instrumentos que Cristo, em sua graça, concede a sua Noiva neste mundo. Por isso também não se pode admitir um posicionamento em outro extremo, aquele em que o ministro da palavra é considerado um funcionário da comunidade, cuja atuação é regida por uma legislação humana ou por um pensamento democrático. Naquilo que se refere especificamente à proclamação do evangelho e administração dos sacramentos, o ministro deve ser ouvido assim como se Cristo diretamente estivesse tratando conosco (Cfe. Lc 10.16). No entanto, o próprio ministro deve ter sempre em mente que o rebanho não lhe pertence, mas ao Senhor.

A valorização do ministério (e, consequentemente da ordenação) nada mais é, na visão luterana, do que a celebração da centralidade do evangelho. O fato de Cristo ter concedido o ministros à igreja há de sempre lembrar ao povo de Deus a importância de se reconhecer receptores da misericórdia de Deus.

## Referências

<sup>40</sup>Chemnitz, *Examination*, 691–693.

<sup>41</sup>Chemnitz, *Examination*, 694.

<sup>42</sup>Chemnitz, *Examination*, 695.

Chemnitz, Martin. *Examination of the Council of Trent*, Parte II. St. Louis: Concordia Publishing House, 1978.

Elert, Werner. *The Structure of Lutheranism*. St. Louis: Concordia Publishing House, 1962.

ESSER, Hans-Helmut. Graça. In: BROWN, Colin, Ed. *Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*, translated by Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 1982.

Evanson, Charles J. "The Office and Order of the Holy Ministry: Luther and Lutheran," In: *And Every Tongue Confess – Essays in Honor of Norman Nagel on the Occasion of His Sixty-fifth Birthday*, Gerald S. Krispin and Jon D. Vieker, eds. Chelsea, MI: BookCrafters, 1990.

Fagerberg, Holsten. *A New Look at the Lutheran Confessions (1529-1537)*. St. Louis: Concordia Publishing House, 1972.

Knight III, George W. *The Pastoral Epistles: A Commentary on the Greek Text – The New International Greek Commentary*. Grand Rapids: Eerdmans, 1992.

*Livro de Concórdia*, traduzido por Arnaldo Schuler. São Leopoldo, Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1980)

Naomichi Masaki, "Call and Ordination", *Logia* 23/4 (Reforma 2014).

Rengstorf, Karl H. *Apostolate and Ministry: The New Testament Doctrine of the Office of the Ministry*. St. Louis: Concordia, 1969.

Scaer, David P. *Ordination: Human Rite or Divine Ordinance*, Fort Wayne, IN: Concordia Theological Seminary Press.

Schlink, *Theology of the Lutheran Confessions*.

Stott, John. *A Mensagem de 2 Timóteo – Tu, porém*, Traduzido por João Alfredo DalBello, 2ª edição. São Paulo: ABU, 2009.